

## **A VARIAÇÃO DIATÓPICA COMO INSTRUMENTO DE EXCLUSÃO EM PROVAS DE CONCURSOS PÚBLICOS**

**Emerson Ribeiro da Silva do Nascimento**

**Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Adriana Lúcia de Escobar Chaves de Barros**

**Arguidor: Prof. Dr. Miguel Eugenio Almeida**

O contexto econômico do Brasil, que leva um significativo percentual da população economicamente ativa à condição de desempregada ou empregada informal, faz com que os cargos públicos sejam cada vez mais desejados. Assim, os processos seletivos para preenchimento desses cargos, mais conhecidos como concursos públicos, são cada vez mais concorridos. A língua portuguesa é tema quase que obrigatório nesses processos seletivos e o conteúdo programático dessa disciplina, previsto nos editais, contempla gramática normativa em “estado puro”, abordando itens de Fonética, Fonologia, Morfologia e Sintaxe. No entanto, especificamente em questões de prova a respeito de Fonética e Fonologia, a objetividade exigida em uma prova de concurso público contrasta com a heterogeneidade da língua falada e evidencia-se o privilégio a um falar dominante em detrimento de todos os outros estigmatizados em maior ou menor grau, confirmando o que diz Tarallo (1986, p. 12): “Em geral, a variante padrão é, ao mesmo tempo, conservadora e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade”. A realização linguística individual de cada falante não pode ser contemplada em todas as suas possibilidades em uma mera oposição entre certo e errado, considerando que, segundo Pagotto (2001, p. 47), o sujeito falante é “apenas um portador do sistema linguístico heterogêneo e suas regras variáveis e dos significados sociais das formas linguísticas”. Assim, esta pesquisa aborda as formas de exclusão existentes em provas de concursos públicos nacionais, especialmente, no que se refere à variação diatópica ou regional, definida por Mussalim e Bentes (2006, p. 34) como: “diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas”, haja vista as notáveis diferenças entre os falares nas diversas regiões do país. O referido privilégio acaba por excluir os falantes das variáveis não prestigiadas, fere o princípio constitucional da isonomia entre os candidatos participantes do certame e afeta, até mesmo, a identidade do falante. Nas palavras de Roncarati (2008, p. 52) “As variantes

lingüísticas estigmatizadas pela comunidade de fala possuem, muitas vezes, uma função de garantir a identidade do indivíduo com um determinado grupo social, um sistema de valores definido”. A pesquisa pretende coletar questões de concursos nacionais sobre Fonética e Fonologia que estabelecem como “correta” apenas uma variante dentro de universo mais amplo da variável abordada e comparar o privilégio oferecido a essa variante com o perfil econômico e social da região do país onde ela é recorrente. Para tanto, realizar-se-á, além da pesquisa em diversos cadernos de prova de concursos, o estudo do Atlas Linguístico do Brasil para identificação dos locais onde se verifica a ocorrência da variante prestigiada e o confronto com o mapa socioeconômico do país. Até o presente momento, revisou-se literatura a respeito do tema e foram levantadas questões de prova de concursos que podem ser julgadas de maneira distinta dependendo da região de origem do falante, como no caso de classificação de vogais como abertas ou fechadas, e classificação de ditongos grafados com “l” em posição final na sílaba.

## REFERÊNCIAS

FARACO, Carlos Alberto. **Norma Culta Brasileira**: desatando alguns nós. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. Vol. 1. São Paulo: Contexto, 2006.

PAGOTTO, Emilio Gozze. **Variação e (é) identidade**. Tese de doutorado. Universidade Estadual de Campinas, 2001.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. São Paulo: Ática, 1986.

RONCARATI, Cláudia. Prestígio e preconceitos linguísticos. **Cadernos de Letras da UFF – Dossiê: Preconceito linguístico e cânone literário**, n. 36, p. 45-56, 1. sem. 2008.